



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Secretaria Executiva

TERMO DE CONTRATO Nº 03/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ECONOMIA E A EMPRESA HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “F” - Sede, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 23.612.685/0006-37, neste ato representado pelo Secretário de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Previdência, Senhor **FABIO VALOTTO**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/ES e CPF nº XXX.464.057-XX, nomeado pela Portaria 643, de 7, de junho, de 2022, publicado no Diário Oficial da União DOU, Seção 2, de 8, de junho de 2022, consoante subdelegação de competência constante do inciso I, do artigo 1º, da Portaria MTP nº 1.177, de 26, de maio, de 2022, publicado na Seção 1, de 27, de maio de 2022, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 54.305.743/0011-70, com sede na Quadras 5, 7 e 7 A - Distrito Mineral Industrial de Catalão - Catalão/GO - CEP: 75709-901, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **EDUARDO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA**, RG nº [REDACTED] e CPF nº XXX.699.348-XX, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 45/2021-ICMBio, tendo em vista o que consta no Processo nº 19964.103558/2022-08, e em observância às disposições da Lei nº 10.520, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de veículos automotores tipo picape, a fim de atender às demandas do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículo Automotor Picape - Tipo 2 Veículo automotor tipo picape que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do	150070	unidade	20	R\$ 244.970,00	R\$ 4.899.400,00

Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

Especificação: Veículo automotor tipo picape, zero quilômetro (novo), cabine dupla, montada sob estrutura de chassi, com carroceria em aço e original de fábrica, com compartimentos de passageiros e carga em ambientes separados; pintura na cor branca; engate reboque; protetor de caçamba ou aplicação de poliuréia; capota marítima com chave; 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) tampa na carroceria; faróis de milha ou neblina; capacidade de transporte de 5 (cinco) passageiros, incluindo motorista; motor a diesel; tanque de combustível com capacidade mínima de 65 litros; potência mínima de 177 cv; protetores de cárter, de transmissão e de tanque de combustível fabricado em aço; dimensões mínimas: comprimento 4.800 mm, largura 1.740 mm, distância entre os eixos 2.430 mm e carga útil de 1000 kg; transmissão manual ou automática, com sistema de tração 4x4, com controle interno de mudança da tração, incluindo a opção de marcha reduzida, e travamento automático das rodas; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; rodas de aço ou liga leve mínimo 16"; pneus para todos os terrenos; ar-condicionado de fábrica integrado; bancos em couro ou tecido originais de fábrica; retrovisores externos e acionamento posicional por comando; kit alarme e

	<p>travas elétricas com acionamento de comando na chave; jogo de tapetes de borracha original do veículo; películas não reflexivas com nível mínimo de transparência estabelecido na legislação vigente; e documentos e manuais em Língua Portuguesa.</p> <p>Equipamentos Adicionais: Snorkel; para-choque dianteiro de impulsão; para-choque traseiro com reboque e ganchos; guincho tipo come up; barras laterais de LED 30"; santo antônio com guarda-corpo na lateral; estribos laterais; caixas laterais de caçamba com suporte; cintas de reboque; e pá acoplada à caçamba.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §1º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 4.899.400,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quatrocentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Nota de Empenho: 2022NE000020

Gestão/Unidade: 400045

Fonte de Recursos: 0136251010

PTRES: 204798

Elemento de Despesa: 449052

Plano Interno: 25824ESCRAV

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá garantia de execução na presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

15.1. A CONTRATADA é obrigada a observar o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei n.º 8.666/1993.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério do Trabalho e Previdência - SEI-MTP.

Documento assinado eletronicamente

FABIO VALOTTO

CONTRATANTE

Documento assinado eletronicamente

EDUARDO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Valotto, Secretário(a) Substituto(a)**, em 14/06/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cordeiro de Almeida e Silva, Usuário Externo**, em 22/06/2022, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25549210** e o código CRC **B2FC9B72**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato – Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Julho/2020

Referência: Processo nº 19964.103558/2022-08.

SEI nº 25549210

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2022 - UASG 400045 - CGRL/MTP

Nº Processo: 19964.103558/2022-08.
Pregão Nº 45/2021. Contratante: COORD-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS - CGRL.
Contratado: 54.305.743/0011-70 - HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de veículos automotores tipo picape, a fim de atender às demandas do ministério do trabalho e previdência (mtp).
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 22/06/2022 a 21/06/2023. Valor Total: R\$ 4.899.400,00. Data de Assinatura: 22/06/2022.

(COMPASNET 4.0 - 29/06/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022 - UASG 400045 - CGRL/MTP

Nº Processo: 19955.101388/2022-28.
Pregão Nº 6/2022. Contratante: COORD-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS - CGRL.
Contratado: 14.533.049/0001-14 - COPLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS LTDA. Objeto: Aquisição de coletes balísticos para auditores-fiscais do trabalho (item 4 - colete nível iii-a (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 magnum e 9 mm fmj rn de alta velocidade). Tamanho g. Modelos masculino e feminino).
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 24/06/2022 a 23/06/2023. Valor Total: R\$ 99.684,00. Data de Assinatura: 24/06/2022.

(COMPASNET 4.0 - 29/06/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2022 - UASG 400045 - CGRL/MTP Nº PROCESSO: 12600.101484/2022-47

Pregão Nº 8/2022. Contratante: COORD-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS - CGRL.
Contratado: 08.290.111/0001-91 - TRANSPORTADORA NEY DAS MUDANÇAS LTDA. Objeto: Contratação de serviços de transporte de mobiliário e bagagens para transporte de cargas, materiais e equipamentos a preços mais econômicos, em todo território nacional, tanto de bens de propriedade ou de interesse do próprio MTP. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002. Vigência: 24/06/2022 a 23/06/2023. Valor Total: R\$ 398.903,77. Data de Assinatura: 24/06/2022.

(COMPASNET 4.0 - 29/06/2022).

DIRETORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A DIRETORA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e pela Portaria nº 645, de 08 de junho de 2022, e em conformidade com o disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na forma determinada no art. 26, § 3º e § 4º do mesmo diploma legal NOTIFICA o Grupo Mulher Maravilha, CNPJ nº 24.418.014/0001-98, na pessoa do seu representante legal, que teve o objeto devolvido ao remetente, para no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, receber o Ofício SEI nº 171067/2022/MTP, de 07 de Junho de 2022, e seus respectivos anexos, nos

quais contêm os apontamentos que ensejaram a instauração da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio MTE/SPPE Nº 157/2007- SIAFI 601092, processo nº 46069.003158/2007-22, celebrado entre o então Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, e o Grupo Mulher Maravilha. Informa-se que o não atendimento a esta notificação poderá resultar em sanções administrativas cabíveis, em conformidade com os termos da Lei nº 10.522/2002 e Portaria STN nº 749/2021

Aos legitimados, será assegurada vistas dos autos do processo, por meio do telefone (61) 2031-6101 ou pelo endereço de e-mail: dpc@mte.gov.br

MONIQUE MERCANTE MOURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A DIRETORA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e pela Portaria nº 645, de 08 de junho de 2022, e em conformidade com o disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na forma determinada no art. 26, § 3º e § 4º do mesmo diploma legal NOTIFICA o Sr. Atênir Ribeiro Marques, CPF ***.155.213-**, que teve o objeto devolvido ao remetente, para no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, receber o Ofício SEI nº 126055/2022/ME, de 05 de Maio de 2022 e Ofício SEI nº 169674/2022/ME, de 07 de junho de 2022, bem como seus respectivos anexos, nos quais contêm os apontamentos que ensejaram a instauração da Tomada de Contas Especial referente ao Plano de Implementação 46958.000370/2010-19 - SIAFI nº 299864, celebrado entre o então Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, e a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA. Informa-se que o não atendimento a esta notificação poderá resultar em sanções administrativas cabíveis, em conformidade com os termos da Lei nº 10.522/2002 e Portaria STN nº 749/2021.

Aos legitimados, será assegurada vistas dos autos do processo, por meio do telefone (61) 2031-6101 ou pelo endereço de e-mail: dpc@mte.gov.br

MONIQUE MERCANTE MOURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A DIRETORA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e pela Portaria nº 645, de 08 de junho de 2022, e em conformidade com o disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na forma determinada no art. 26, § 3º e § 4º do mesmo diploma legal NOTIFICA o Sr. Manoel Johnson Sales Souza, CPF ***.962.183-**, que teve o objeto devolvido ao remetente, para no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, receber o Ofício SEI nº 144282/2022/ME, de 17 de Maio de 2022, e seus respectivos anexos, nos quais contêm os apontamentos que ensejaram a instauração da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio MTE/SPPE Nº 149/2004 - SIAFI 517354 e 517355, processo nº 46010.001953/2004-17, celebrado entre o então Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, e a Instituição Hip Hop Organizado - MH2O. Informa-se que o não atendimento a esta notificação poderá resultar em sanções administrativas cabíveis, em conformidade com os termos da Lei nº 10.522/2002 e Portaria STN nº 749/2021.

Aos legitimados, será assegurada vistas dos autos do processo, por meio do telefone (61) 2031-6101 ou pelo endereço de e-mail: dpc@mte.gov.br

MONIQUE MERCANTE MOURA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO CEARÁ
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

EDITAL Nº 50, EM 29 DE JUNHO DE 2022
NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (NAD), NOTIFICAÇÃO
PARA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - NCO
OU NOTIFICAÇÃO DE INDÍCIOS DE DÉBITOS DO FGTS - NDF

O Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho no Ceará - SEFIT/SRT-CE, Auditor-Fiscal do Trabalho Francisco Péricles Rodrigues Marques de Lima, CIF nº 35660-3, no exercício de sua competência prevista na forma do inciso III, art. 11 da Lei nº 10.593, de 2002, e nos artigos 9º, 10, 18 e 30 do Regulamento de Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 4.552 de 2002, para os fins previstos pelo art. 23-A da Lei nº 8.036/90, considerando que a NAD, NCO ou NFC abaixo identificada teve sua entrega pessoal ou via postal frustrada, em face de o empregador estar em local incerto e não sabido, pois não foi encontrado em seu endereço oficial ou, ainda, ter sido recusado seu recebimento, no uso de suas atribuições legais resolve, com fulcro no art. 14, § 4º, da Portaria MTP nº 667 de 08 de novembro de 2021, notificar o(s) empregador(es) abaixo relacionado(s) a atender à referida notificação no prazo de 10 (dez) dias, contados após 10 (dez) dias da publicação oficial, em conformidade com o inciso III do art. 21 da mesma Portaria:

RAZÃO SOCIAL (ordem alfabética)	CNPJ/CEI/CPF/CNO/CAEPF	NOTIFICAÇÃO Nº	DATA DE EMISSÃO	PER. AUDITORIA
QUALITTE - COMERCIO DE ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA	86708930000110	66920/2021	03/12/21	04/2016 a 11/2021

Caberá ao empregador ou seu preposto entrar em contato com a Superintendência Regional do Trabalho - SRTb, por meio do telefone (85) 3878-3104 ou do endereço eletrônico da coordenação do Projeto Fiscalização do FGTS (vera.lobo@economia.gov.br), com a finalidade de atender à requisição efetuada.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARÁ
SEÇÃO DE MULTAS E RECURSOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FV3KPR DE 23 DE JUNHO DE 2022

A Seção de Multas e Recursos da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 1.151, de 30 de outubro de 2017, e tendo em vista a tentativa frustrada de cientificação via postal, vem NOTIFICAR os empregadores abaixo relacionados da lavratura dos respectivos Autos de Infração e/ou Notificações de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social - NDFC, informando, ainda, a possibilidade de apresentação de defesa, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do décimo dia da publicação deste Edital, nos termos do Art. 20, III, da Portaria MTP nº 667, de 08 de Novembro de 2021, que deverá ser protocolizada por meio do endereço eletrônico <https://eprocessos.sit.trabalho.gov.br/>, na aba "Protocolar", opção "Defesa". Não serão conhecidas defesas que não atendam aos requisitos de admissibilidade (tempestividade, legitimidade e representação), conforme preceitua o Arts. 26 e 27 da Portaria MTP nº 667, de 08 de Novembro de 2021. O "Código de Acesso" exigido para visualização do processo, bem como para a prática eletrônica dos atos processuais, poderá ser obtido junto à respectiva Unidade de Multas e Recursos, responsável pela tramitação do feito.

EMPREGADOR	PROCESSO	DOCUMENTO
A V MACIEL ARQUITETURA, ENGENHARIA, COM & SER	14152.018483/2022-93	AI 22.273.541-4
A V MACIEL ARQUITETURA, ENGENHARIA, COMERCIO & SER	14185.003420/2022-55	ND 20.228.737-8
ALESSANDRO BARBOSA DE SALES EIRELI	14152.070402/2022-66	AI 22.325.459-2
ALESSANDRO BARBOSA DE SALES EIRELI	14185.012667/2022-62	ND 20.238.441-1
CENTRO ODONTOLOGICO DO POVO LTDA	14152.040613/2022-74	AI 22.295.670-4
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077505/2022-57	AI 22.332.562-7
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077649/2022-11	AI 22.332.706-9
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077650/2022-38	AI 22.332.707-7

FRANCISCO PÉRICLES RODRIGUES MARQUES DE LIMA

CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077651/2022-82	AI	22.332.708-5
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077654/2022-16	AI	22.332.711-5
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077662/2022-62	AI	22.332.719-1
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077664/2022-51	AI	22.332.721-2
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077679/2022-10	AI	22.332.736-1
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077684/2022-22	AI	22.332.741-7
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.077967/2022-74	AI	22.333.024-8
CONSTRUTORA IDE LTDA ME	14152.078432/2022-11	AI	22.333.489-8
GEMAQUE & REIS S/S LTDA	14152.072678/2022-89	AI	22.327.735-5
GEMAQUE & REIS S/S LTDA	14152.072679/2022-23	AI	22.327.736-3
GEMAQUE & REIS S/S LTDA	14152.072682/2022-47	AI	22.327.739-8
GEMAQUE & REIS S/S LTDA	14152.072689/2022-69	AI	22.327.746-1
GEMAQUE & REIS S/S LTDA	14152.072697/2022-13	AI	22.327.754-1
GEMAQUE & REIS S/S LTDA	14152.072974/2022-80	AI	22.328.031-3
INDUFEX SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI	14152.058310/2022-16	AI	22.313.367-1
J. C. DA SILVA CAMPOS	14152.074785/2022-41	AI	22.329.842-5
J. C. DA SILVA CAMPOS	14152.074786/2022-96	AI	22.329.843-3
J. C. DA SILVA CAMPOS	14152.074788/2022-85	AI	22.329.845-0
J. C. DA SILVA CAMPOS	14152.074791/2022-07	AI	22.329.848-4
J. C. DA SILVA CAMPOS	14185.013399/2022-04	ND	20.239.221-0
L C TADAIESKY EIRELI	14152.074668/2022-88	AI	22.329.725-9
L C TADAIESKY EIRELI	14185.013384/2022-38	ND	20.239.204-0
MANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14152.077464/2022-07	AI	22.332.521-0
MANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14152.077466/2022-98	AI	22.332.523-6
MANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14152.077467/2022-32	AI	22.332.524-4
MANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14152.077472/2022-45	AI	22.332.529-5
MANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14152.077474/2022-34	AI	22.332.531-7
MANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	14185.013829/2022-80	ND	20.239.686-0





MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
PREGÃO Nº/2022
(Processo Administrativo nº 19966.101313/2021-37)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de coletes balísticos para Auditores-Fiscais do Trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Aceitável	Valor total estimado
1	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho P. Modelos masculino e feminino. <i>Item reservado para ME/EPP</i>	299778	Unidade	25	R\$ 1.529,27	R\$ 38.231,75
2	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho M. Modelos masculino e feminino.	299778	Unidade	67	R\$ 1.613,19	R\$ 108.083,73
3	<i>Idem ao Item 2 – Cota reservada para ME/EPP em 25%</i>	299778	Unidade	22	R\$ 1.613,19	R\$ 35.490,18
4	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho G. Modelos masculino e feminino.	299778	Unidade	78	R\$ 1.796,47	R\$ 140.124,66
5	<i>Idem ao Item 4 – Cota reservada para ME/EPP em 25%</i>	299778	Unidade	26	R\$ 1.796,47	R\$ 46.708,22
6	Colete balístico: Colete nível III-A	299778	Unidade	5	R\$	R\$

(proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho GG. Modelos masculino e feminino. <i>Item reservado para ME/EPP</i>				2.024,71	10.123,55
---	--	--	--	----------	-----------

1.1.1. Os painéis balísticos deverão possuir o nível de proteção balística III-A e serem confeccionados com compostos de material leve e resistente às intempéries do uso, devendo as fibras utilizadas ser em Aramida, podendo ser utilizados até 10% de Polietileno ou outros materiais, de modo a garantir a proteção aliada ao conforto no uso cotidiano.

1.1.2. A Densidade de área nominal deverá ser de 6,2 kg/m² com tolerância de ±10%. O peso máximo dos painéis balísticos III - A, excluindo os respectivos revestimentos (capas internas) e a capa externa, deve estar de acordo com a tabela abaixo, tendo como tolerância ±10%.

Tamanho	Peso máximo
P	2.200
M	2.530
G	2.860
GG	3.000

Obs.: Peso em gramas.

1.1.3. Os painéis deverão ser submetidos ao teste V50 com resultado maior ou igual a 436 m/s para a munição 9 mm FMJ com massa de 8,2g/124g, comprovados no RETEX (Relatório Técnico Experimental) e no RAT (Resultado de Avaliação Técnica) fornecidos pelo Exército Brasileiro.

1.1.4. Os painéis balísticos com os seus respectivos revestimentos (capas internas) deverão manter seu nível de proteção depois de imerso em água sendo testado e tendo como referência a norma NIJ Standard 0101.04 de 2001.

1.1.5. Todos os modelos de colete devem possuir RETEX (Relatório Técnico Experimental) em conformidade com os requisitos avaliados pelo Exército Brasileiro, RAT (Relatório de Avaliação Técnica) emitido por ele homologando o respectivo RETEX, bem como seu devido apostilamento.

1.1.6. Os painéis balísticos, frontal e dorsal, deverão ser recobertos por invólucro em poliamida com ação hidrorrepelente na parte externa e resinado em PVC, ou similar, na parte interna, confeccionado em nylon 250±20 Dtex, sendo 100% impermeável.

1.1.7. O arremate do fechamento do invólucro deverá ser feito através de termofusão sem costura, ou tecnologia similar, desde que fique totalmente vedado, de modo a garantir a completa impermeabilidade dos painéis balísticos.

1.1.8. Em cada invólucro, frontal e dorsal, deve ser afixada uma etiqueta nas respectivas superfícies que fiquem viradas para o lado de contato com o corpo do usuário, conforme exigido na Portaria n.º 18 – D Log, de 19 de dezembro de 2006.

1.1.9. As etiquetas dos painéis balísticos (frontal e dorsal) deverão conter as informações exigidas na Portaria n.º 18 – D Log, de 19 de dezembro de 2006, no idioma português, de forma legível e indelével, em cor contrastante, as seguintes informações:

- a) nome, logomarca ou tipo de identificação do fabricante e a expressão "Propriedade da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho";
- b) discriminação do tamanho, representado pelas letras P, M, G e GG;
- c) discriminação do grau de proteção oferecido, área de proteção de cada painel em centímetro quadrado e certificado em conformidade com a norma NIJ STANDART 0101.04;
- d) número de série, data de fabricação; data da validade da proteção balística oferecida, munições que suporta (calibre, velocidade e características dos projeteis) bem como o material balístico empregado e ainda a expressão "FACE VOLTADA PARA O CORPO";
- e) instruções no que diz respeito ao uso e conservação dos painéis balísticos.

1.1.10. O objeto deverá ter validade mínima de 5 (cinco) anos após a data de fabricação e esta não poderá ter transcorrido mais que 3 (três) meses da data da entrega dos coletes.

1.1.11. Capa externa confeccionada com tecido de alta resistência a tração e várias lavagens, composição de 67% poliéster e 33% algodão, de cor preta, com bordados personalizados, conforme modelo a ser fornecido pela contratante, formato dos compartimentos dos painéis balísticos em envelopes, nas mesmas dimensões (P, M, G e GG), com fechamentos dos compartimentos internos por meio de velcros de alta aderência.

1.1.12. O tecido e o velcro devem ser na cor preta.

1.1.13. Regulagem com sistema de fixação e ajuste ao corpo do usuário, através de 2 (duas) fitas aderentes de alta resistência tipo velcro de cada lado de modo a manter o painel frontal e dorsal fixados e justapostos, medindo no mínimo 5 (cinco) centímetros de largura e permitindo no mínimo 10 (dez) centímetros de ajuste e, ainda, regulagem de altura efetuada através de uma fita aderente de alta resistência tipo velcro nos ombros, com no mínimo de 10 (dez) centímetros de comprimento e 5 (cinco) centímetros de largura.

1.1.14. O Colete balístico deve ser fornecido acompanhado de documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc) em português do Brasil.

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os materiais aos quais se referem o presente Termo de Referência, enquadram-se na classificação de Bens e Serviços Comuns, que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, conforme Art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Ministério do Trabalho e Previdência. Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. Coordenação-Geral de Integração Fiscal. Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B, Sala 161. Brasília, DF. CEP 70059-900.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) ou outro índice oficial mais vantajoso para a Administração e terá efeito financeiro a partir do implemento do direito, desde que requerido pela CONTRATADA antes da prorrogação do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 Tendo em vista que a exigência da garantia contratual de execução pode elevar o valor das propostas, e considerando que o pagamento apenas se dará mediante a efetiva entrega do objeto da contratação, compreende-se que é mais vantajosa à Administração a não exigência da garantia de execução contratual.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, contra defeitos de fabricação, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. Durante o período de garantia, a contratada, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir ou reparar, sem ônus para a contratante, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

15.3. O prazo para atendimento do chamado é de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da hora de abertura do respectivo chamado.

15.4. O prazo indicado nos subitens anteriores, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.5. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.6. O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação

15.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa**:

(1) multa moratória de 0.5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.1.1.1. Os atestados deverão conter itens semelhantes ao ofertado, ou seja, da mesma linha básica de produção e/ou fornecimento;

17.3.1.1.2. Os atestados deverão comprovar que a empresa forneceu no mínimo 40% (quarenta por cento) do total previsto para a presente contratação.

17.3.1.1.3. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valor Global: R\$ 378.762,09 (trezentos e setenta e oito mil setecentos e sessenta e dois reais e nove centavos).

17.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do item.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 378.762,09 (trezentos e setenta e oito mil setecentos e sessenta e dois reais e nove centavos), conforme cálculo abaixo especificado.

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Individual máximo Aceitável	Valor total estimado
1	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho P. Modelos masculino e feminino.	299778	Unidade	25	R\$ 1.529,27	R\$ 38.231,75
2	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho M. Modelos masculino e feminino.	299778	Unidade	89	R\$ 1.613,19	R\$ 143.573,91
3	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho G. Modelos masculino e feminino.	299778	Unidade	104	R\$ 1.796,47	R\$ 186.832,88
4	Colete balístico: Colete nível III-A (proteção a disparos de projéteis de arma de fogo calibres até 44 Magnum e 9 mm FMJ RN de alta velocidade). Tamanho GG. Modelos masculino e feminino.	299778	Unidade	5	R\$ 2.024,71	R\$ 10.123,55
TOTAL GLOBAL						R\$ 378.762,09

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 170596/0001

Fonte de Recursos: 0136

Programa de Trabalho: 10.25101.11.125.2213.20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho

Elemento de Despesa: 449052

Plano Interno: 2582escrav

Brasília/DF, na data da assinatura.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ HENRIQUE RAMOS LOPES

Coordenador-Geral de Fiscalização do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Ramos Lopes, Coordenador(a)-Geral**, em 07/04/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23864497** e o código CRC **5D574911**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Junho/2021

Referência: Processo nº 19966.101313/2021-37.

SEI nº 23864497